

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP (SÃO PAULO)
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PSICOLOGIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO – CAMPUS CAMPINAS

QUEM PODE SER AVALIADO? A DESIGUALDADE NO ACESSO A TESTES
PSICOMÉTRICOS E A URGÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

Karla Joeny Ayres Costa

Pós-graduanda em Psicologia Política — Universidade de São Paulo (USP – São
Paulo)

Graduanda em Psicologia — Universidade São Francisco (USF – Campinas)

Graduada em Letras (Português e Inglês) — Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar)

Campinas – SP

2025

QUEM PODE SER AVALIADO? A DESIGUALDADE NO ACESSO A TESTES PSICOMÉTRICOS E A URGÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

RESUMO

A avaliação psicológica infantil é essencial para a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e transtornos do neurodesenvolvimento. No entanto, o acesso aos testes psicométricos padronizados no Brasil permanece concentrado em instituições e famílias que dispõem de recursos financeiros. A partir de fundamentos teóricos da Psicologia Política, da Psicologia Escolar Crítica e da análise do discurso, esta pesquisa problematiza como as barreiras econômicas, institucionais e simbólicas produzem exclusão no campo da avaliação psicológica. Inspirada em autores como Patto, Lane, Proença, Borsa, Prilleltensky, Freire, Semiramis e Bourdieu, bem como em experiências práticas no SUS e em núcleos intersetoriais, a investigação propõe a democratização do acesso aos instrumentos, articulando universidade, políticas públicas e conselhos profissionais. Defende-se que a avaliação psicológica é um direito social e não um privilégio de mercado, sendo necessária a criação de políticas que assegurem equidade cognitiva e a formação ética do psicólogo como agente de justiça social.

Palavras-chave: avaliação psicológica; desigualdade social; psicologia escolar crítica; políticas públicas; justiça cognitiva.

RESUMEN

La evaluación psicológica infantil es fundamental para identificar dificultades de aprendizaje y trastornos del neurodesarrollo. Sin embargo, el acceso a las pruebas psicométricas estandarizadas en Brasil continúa concentrado en instituciones y familias con recursos económicos. Desde los aportes de la Psicología Política, la Psicología Escolar Crítica y el análisis del discurso, esta investigación analiza cómo las barreras económicas, institucionales y simbólicas producen exclusión en el campo de la evaluación. Inspirada en Patto, Lane, Proença, Borsa, Prilleltensky, Freire, Semiramis y Bourdieu, además de experiencias prácticas en el SUS y proyectos universitarios, se propone democratizar el acceso a los instrumentos mediante políticas públicas e interinstitucionales. Se sostiene que la evaluación psicológica debe reconocerse como un derecho social, promoviendo equidad y justicia cognitiva.

Palabras clave: evaluación psicológica; desigualdad social; psicología escolar crítica; políticas públicas; justicia cognitiva.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica, especialmente em sua vertente psicométrica, é historicamente tratada como domínio técnico, mas seu acesso revela desigualdades estruturais profundas. Em contextos de vulnerabilidade social, o direito à avaliação é negado ou postergado por ausência de políticas públicas, custos elevados de testes e precarização das redes públicas de atendimento. A avaliação, nesse cenário, torna-se um marcador de privilégio: quem pode pagar, é diagnosticado e incluído; quem não pode, permanece invisível às instituições.

O Conselho Federal de Psicologia reconhece a avaliação como prática essencial (Resolução CFP 09/2018) e o SATEPSI como órgão regulador dos instrumentos, mas a ausência de políticas de acesso transforma esse campo em território de desigualdade. O que deveria garantir equidade científica torna-se mecanismo de distinção simbólica, como já apontava Bourdieu (2008) ao discutir as formas sutis de reprodução social.

Inspirada em Lane (1984), que defende o compromisso da psicologia com a transformação social, e em Patto (1990) e Proença (2018; 2022), que denunciam o uso classificatório da avaliação escolar, esta pesquisa parte da hipótese de que a avaliação psicológica, quando restrita ao mercado, deixa de cumprir sua função ética e se converte em instrumento de exclusão institucional.

Esta reflexão integra o percurso formativo da autora na Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Política da Universidade de São Paulo (USP - São Paulo), buscando articular a crítica social à prática avaliativa e o compromisso ético da psicologia com a transformação das desigualdades cognitivas no Brasil.

A psicologia política e escolar crítica, representadas por autores como Prilleltensky (2003) e Lane (1984), ampliam o conceito de validade: um teste só é legítimo se promover bem-estar e justiça social. Em diálogo com Freire e Candau Franco, entende-se a avaliação como ato pedagógico e político, no qual o sujeito deve ser visto em sua historicidade e não como soma de escores.

Semiramis (USP), a partir da análise do discurso, contribui para compreender como as narrativas institucionais naturalizam a exclusão, ao afirmar que a ausência de instrumentos “não compromete o processo clínico”, ocultando que a não testagem impede a legitimação jurídica e educacional de sujeitos vulneráveis. Assim, o discurso da neutralidade técnica mascara o poder político do diagnóstico.

Paralelamente, Borsa (2016) e Abreu et al. (2020) demonstram que as práticas avaliativas seguem desigualmente distribuídas: o SUS oferece acolhimento, mas não testes; as clínicas-escola possuem estrutura limitada; e o setor privado monopoliza o acesso. Tavares et al. (2021) reforçam que as famílias de baixa renda percebem o psicodiagnóstico como um “luxo”, o que contradiz os princípios de equidade do próprio sistema de saúde.

Nesse contexto, a proposta desta pesquisa é compreender a avaliação como direito cognitivo e política pública. Inspirada em experiências práticas — como projetos intersetoriais entre universidade, Ministério Público e município — propõe-se a criação de núcleos públicos de avaliação psicológica que articulem formação, pesquisa e atendimento.

Além disso, defende-se que o CFP e o SATEPSI avancem de uma função meramente reguladora para uma postura promotora de democratização, financiando a produção de instrumentos nacionais de domínio público e reconhecendo a avaliação como procedimento custeável pelo SUS.

Democratizar os testes não significa banalizar a técnica, mas restituir à psicologia sua dimensão ética e emancipadora. Como ensina Freire (2019), “avaliar é um ato de esperança” — e, portanto, de compromisso com a transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade no acesso à avaliação psicológica reflete a tensão entre ciência e mercado, entre ética e privilégio. A psicologia, se pretende ser ciência da liberdade e da dignidade, precisa enfrentar as barreiras que mantêm o saber técnico restrito a poucos. Avaliar é reconhecer existências; negar o acesso é perpetuar o silenciamento social.

Este trabalho, desenvolvido no âmbito da Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Política da USP (São Paulo), expressa a busca por uma psicologia comprometida com a democracia do conhecimento e com a defesa da avaliação psicológica como instrumento de justiça social e de emancipação simbólica dos sujeitos historicamente silenciados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, N.; LIMA, S.; OLIVEIRA, R. O psicodiagnóstico em contextos de vulnerabilidade social: desafios e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e229168, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BORSA, J. C. Avaliação psicológica: perspectivas e desafios na realidade brasileira. *Avaliação Psicológica*, v. 15, n. 1, p. 5-14, 2016.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CANAU FRANCO, V. M. *Educação em direitos humanos: fundamentos e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 09/2018. Brasília: CFP, 2018.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- LANE, S. T. M. Psicologia social e política: o compromisso da psicologia com a transformação social. *Psicologia USP*, v. 1, n. 1, p. 23-32, 1984.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PRILLELTENSKY, I. Validade psicopolítica em pesquisa e intervenções comunitárias. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 11-21, 2003.
- PROENÇA REBELLO DE SOUZA, M. Avaliação psicológica e exclusão escolar: crítica à perspectiva classificatória. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 35, n. 2, p. 159-169, 2018.
- SEMIRAMIS, S. *Discurso, poder e subjetividade na psicologia política brasileira*. São Paulo: USP, 2018.
- TAVARES, L. K. M.; SILVA, J. F.; COSTA, R. A. O atendimento psicológico a crianças em situação de vulnerabilidade social: uma análise crítica das abordagens e estratégias utilizadas. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v. 9, n. 1, p. 46-59, 2021.